



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 13 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 26 de maio de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS PPB de tablet é definido e exclui Amazonas VEICULAÇÃO LOCAL	1
O ESTADO DE SÃO PAULO Aumentos devem pesar na inflação VEICULAÇÃO NACIONAL	2
O ESTADO DE SÃO PAULO Preço no atacado não justifica alta na indústria VEICULAÇÃO NACIONAL	3
O ESTADO DE SÃO PAULO TABLETS TERÃO MAIOR EXIGÊNCIA DE CONTEÚDO NACIONAL VEICULAÇÃO NACIONAL	4
FOLHA DE SÃO PAULO Paulo Skaf, Artur Henrique e Paulo Pereira da Silva: Um acordo pela indústria brasileira VEICULAÇÃO NACIONAL	6
VALOR ECONÔMICO Brasil depende mais da China VEICULAÇÃO NACIONAL	8
VALOR ECONÔMICO FAZENDA MUDA REGRAS PARA CRÉDITOS DE EXPORTADOR VEICULAÇÃO NACIONAL	10
CORREIO BRAZILIENSE GAMES TERÃO ISENÇÃO FISCAL VEICULAÇÃO NACIONAL	11
AGÊNCIA SENADO Eduardo Braga alerta para riscos ao Polo Industrial de Manaus VEICULAÇÃO NACIONAL	13
NOTÍCIAS PORTAL AMAZÔNIA Roraima tem prazo de seis meses para construir novo armazém alfandegário VEICULAÇÃO NACIONAL	14
BAGUETE / NOTÍCIAS Zona Franca: passe livre à produção de tablets VEICULAÇÃO NACIONAL	15
PORTAL A CRÍTICA Governo e asiáticos discutem sobre ZFM VEICULAÇÃO NACIONAL	16
PORTAL A CRÍTICA Projeto proíbe uso de triciclos em Manaus VEICULAÇÃO NACIONAL	17

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA	
	TÍTULO PPB de tablet é definido e exclui Amazonas		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Anúncio do **Governo Federal** é criticado pela indústria local por ter sido tomado sem consultar o **PIM**.

Manaus - O **Governo Federal** anunciou que vai publicar hoje o Processo Produtivo Básico (**PPB**) para a **produção** de tablets no País. O anúncio foi ontem feito pelo ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic)**, Fernando **PIM**entel, sem consultar as empresas e entidades do Polo Industrial de **Manaus (PIM)** e recebeu críticas da indústria local.

“Lamentamos que mais uma vez os **Ministérios** tenham excluído o empresariado amazonense do debate sobre o assunto. Mais uma vez ficamos a mercê de uma MP (Medida Provisória) que altera as regras de nossa política industrial. Com a palavra os nossos políticos”, criticou o presidente da Federação das Indústrias do Estado do **Amazonas (Fieam)**, Antonio Silva.

O **PPB** é elaborado conjuntamente entre os **Ministérios** da Ciência e Tecnologia (MCT) e do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic)** e deve ter a participação de entidades do setor produtivo. O processo define as etapas da **produção**, como o volume mínimo de componentes nacionais e máximo de **importados** para as empresas terem direito aos benefícios fiscais.

Na segunda-feira, o governo editou MP que concede vantagem fiscal a esses novos produtos em formato de prancheta com tela sensível ao toque. Assim como na Lei de Informática, a matéria iguala os benefícios fiscais da **Zona Franca de Manaus (ZFM)** aos

demaís Estados e retira as vantagens das empresas produzirem no **PIM**, distante dos grandes centros consumidores.

A MP foi feita inicialmente para atender à Foxconn que negocia a instalação de uma planta em Jundiaí (SP) com a imposição de condições para a **produção** do Ipad da Apple. Com isso, o governo foi forçado a isentar, temporariamente, as empresas de utilizar baterias e gabinetes nacionais na fabricação desses produtos, prejudicando novamente **Manaus**, que possui uma base industrial desses segmentos para atender ao setor eletroeletrônico. A empresa alega que não teria condições de produzir esses componentes neste momento no País. “É uma exigência pesada de conteúdo nacional”, admitiu ontem o ministro **PIM**entel.

O **Governo Federal** defende o **PPB** como a “ponta do iceberg de uma política industrial ambiciosa”, disse o ministro. Segundo ele, o governo não quer apenas a montagem desses equipamentos no Brasil, mas incentivar a criação de uma indústria de componentes e semicondutores no País.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Aumentos devem pesar na inflação		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Custos mais altos de matérias-primas como aço e plásticos, além da mão de obra elevam preços de produtos industrializados em até 20%

Márcia De Chiara - O Estado de S.Paulo

Fabricantes de geladeiras, fogões e lavadoras aumentaram os preços entre 8% e 9% este mês. Há itens em que a alta chega a 20%. Esse reajuste já provoca reações do varejo. Na semana passada, num encontro do Instituto para **Desenvolvimento** do Varejo (IDV), que reuniu 35 varejistas com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, empresários do **comércio** pediram ao governo que negocie um pacto entre indústria e varejo para frear os aumentos.

O reajuste de preços da linha branca ocorre exatamente num momento em que a inflação mensal dá sinais de arrefecimento em razão do alívio das cotações dos alimentos e dos combustíveis, por causa da safra. Um novo foco de pressão de preços seria danoso para o governo que tenta domar a inflação.

"Reajustamos entre 8% e 9% os preços de diversas categorias de produtos da linha branca", afirma José Drummond, presidente da Whirlpool, dona das marcas Brastemp e Consul e que lidera o **mercado** de eletrodomésticos. Ele diz que esse é o primeiro aumento em dois anos e meio e que pressões de custos levaram a empresa a tomar essa decisão. "As empresas são privadas. Tenho de olhar os meus custos e as minhas receitas."

O presidente do IDV, Fernando de Castro, diz que fazia tempo que não havia aumentos dessa magnitude. "A realidade atual é que essas demandas de aumento se concentraram nos últimos meses em percentuais bem maiores do que aqueles que vinham sendo solicitados."

Drummond conta que a nova tabela de preços da empresa está em vigor desde o início do mês e que não detectou redução nas vendas por causa do reajuste.

Boicote. Isso não é o que diz o varejo. Além de pedir socorro para o governo para frear os aumentos, os varejistas já estariam deixando de comprar os itens com preços reajustados. De acordo empresários do **comércio**, o boicote aos aumentos de preços ainda não está visível para o consumidor porque as lojas têm estoques. Mas, ainda segundo fontes de **mercado**, já estariam faltando nas lojas determinados modelos específicos de produtos.

Na análise do varejo, o repasse desse aumento para consumidor é inevitável porque as margens de comercialização estão espremidas. Depois do Dia das Mães, os lojistas notaram certa desaceleração no ritmo de crescimento das vendas de eletrodomésticos. O temor é que o quadro se agrave com aumento de preço. Procuradas pelo Estado, Electrolux e Eletros não comentam e a Mabe nega aumentos.

Oportunidade

A indústria de linha branca vê no momento atual uma boa oportunidade para aumentar preços. Com a chegada do inverno, cresce a procura por lavadoras, um segmento em não há **importados**.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Preço no atacado não justifica alta na indústria		
ORIGEM FIEAM	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO			

Índices oficiais apontam alta menor do dos preços das matérias-primas do que a alegada pelos fabricantes para repassar as pressões de custos

Márcia De Chiara - O Estado de S.Paulo

Aumentos na casa de 30% dos custos de **produção** acumulados desde 2008 são a justificativa dos fabricantes de geladeiras, fogões e máquinas de lavar roupas para reajustar os preços este mês. Os principais custos são matérias-primas como aço e resinas plásticas e a mão de obra. Mas os indicadores de preços no atacado desses insumos não mostram elevações dessa proporção.

De janeiro de 2008 a abril deste ano, os preços no atacado das resinas plásticas acumularam aumento de 11,58%, segundo o Índice de Preços por Atacado (IPA) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). No mesmo período, os produtos siderúrgicos subiram 11,84%.

José Drummond, presidente da Whirlpool, que detém as marcas Consul e Brastemp, diz que em dois anos e meio os preços das resinas plásticas, do aço, dos metais, da mão de obra e da energia usada para a fabricação dos eletrodomésticos aumentaram cerca de 30%. "O reajuste de 8% a 9% de preços da indústria para as lojas deveria ser até maior por causa da elevação de custos", diz o executivo. Ele argumenta que a indústria não tem condições de absorver a pressão de custos.

Marcha à ré. A pesquisa da Fundação Instituto de pesquisas Econômicas (Fipe) mostra que de janeiro de

2008 a abril deste ano os preços dos eletrodomésticos da linha branca deram marcha à ré. Enquanto a inflação geral medida pelo Índice de Preços ao Consumidor da Fipe subiu 20,38% no período, o preço da lavadora ao consumidor diminuiu 10,59%, a geladeira ficou 8,99% mais barata e o preço do fogão diminuiu 7,33%.

Já os dados da FGV de preços no atacado, isto é, da indústria para as lojas, revelam uma situação diferente. De acordo com a pesquisa, de janeiro de 2008 até abril deste ano, o preço no atacado das lavadoras subiu 4,40% e fogões e as geladeiras ficaram, em média, 3,02% e 2,86% mais baratas, respectivamente. A queda de preço no atacado foi bem menor que a registrada no varejo em igual período.

Analistas do **mercado** de eletrodomésticos ressaltam que boa parte da queda de preços no período ocorreu em razão do corte Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) feito pelo governo para atenuar o impacto da queda do consumo e as demissões na indústria provocadas pela crise financeira que eclodiu em setembro de 2008.

Os dados de preços no atacado e ao consumidor mostram que a redução de preços no varejo foi maior proporcionalmente do que a nas indústrias.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO TABLETS TERÃO MAIOR EXIGÊNCIA DE CONTEÚDO NACIONAL		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Para ministro, início da fabricação no País é só a ponta do iceberg de uma "política industrial ambiciosa"

Renata Veríssimo / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

O início da **produção** de tablets, como o iPad, no **Brasil** está sendo considerado pelo governo como a "ponta do iceberg de uma política industrial muito ambiciosa". Em entrevista ao Estado, o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**, Fernando **PIM**entel, disse que as exigências que serão colocadas para que as empresas recebam as reduções de tributos previstas em lei trarão para o País uma indústria de componentes e semicondutores.

Marcos de Paula/AE-21/2/2011

Marcos de Paula/AE-21/2/2011

Plano. 'Não queremos que venham só montar', diz **PIM**entel

Ele previu que o **Brasil** poderá se transformar em plataforma de **exportação** de produtos de alta tecnologia para todo o continente em quatro ou cinco anos.

Isso porque o Processo Produtivo Básico (**PPB**) estabelecerá um percentual de utilização de conteúdos nacionais na montagem dos tablets mais rigoroso do que o exigido da indústria de notebooks. A proposta do **PPB** foi encaminhada ontem à Casa Civil. A expectativa de **PIM**entel é que ele fosse publicado hoje no

Diário Oficial da União. Para obrigar as empresas a trazerem fábricas de componentes para o Brasil, o **MDIC** também criará um **PPB** para os celulares de alta tecnologia (smartphones). **PIM**entel informou, ainda, que, dentro da nova política industrial que deve ser anunciada em junho, o governo dará estímulos para associações de empresas estrangeiras com grupos nacionais para instalação de fábrica no Brasil. Os

estímulos poderão ser por meio de incentivos fiscais e concessão de financiamentos do governo.

O ministro antecipou que o **PPB** exigirá que 50% dos displays (telas) sejam nacionais a partir de 2014. No caso dos carregadores de baterias que serão utilizados nesses equipamentos, metade terá de ser fabricada no **Brasil** já em 2012 e atingirá 80% em 2013.

O índice de nacionalização para as placas de rede sem fio será de 50% em 2013 e terá de chegar a 80% em

2014. De imediato, será exigido que metade das placas-mãe utilizadas nos tablets terão de ser produzidas no País, passando para 80% em 2012 e alcançando 95% em 2013.

"É uma exigência pesada de conteúdo nacional", avaliou **PIM**entel. O cumprimento dessas exigências garante às empresas a isenção de PIS e Cofins e a redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 15% para 3%. Doze empresas já manifestaram o interesse de produzir tablets no Brasil.

Pedido. As empresas foram liberadas, temporariamente, de utilizar baterias e gabinetes produzidos no Brasil. A decisão do governo atende a pedido da taiwanesa Foxconn, que irá produzir os iPads, da Apple, no Brasil.

Segundo o ministro, seria impossível produzir esses componentes neste momento no País, mas será negociado futuramente. **PIM**entel disse que um dos pontos mais **importantes** é que o **PPB** obrigará a Foxconn a trazer uma fábrica de displays para o Brasil. "Seremos o primeiro país do mundo a receber uma fábrica de displays fora da Ásia", disse. Os displays representam cerca de metade do custo dos tablets.

"Estamos praticando os novos fundamentos da nova política industrial. "Não queremos que as empresas

venham aqui só para montar. A transferência tecnológica será muito forte", declarou o ministro. Para **PIM**entel, o ambiente econômico brasileiro deve garantir o sucesso da política de atração de indústrias de alta tecnologia.

Apesar de ter construído um marco legal há alguns anos, o **Brasil** nunca conseguiu atrair as fábricas. O ministro argumentou que o País se tornou confiável para investimentos. Além disso, a inclusão social obtida nos últimos anos, do ponto de vista do capital, significa a criação de **mercado** consumidor. "Se soubermos dosar bem as coisas, vamos virar um País de ponta", declarou. "Neste momento não temos (mão de obra disponível), mas teremos. Vamos ter dificuldades localizadas, mas conseguiremos resolver."

COMPONENTE LOCAL

Displays

Pelo Processo Produtivo Básico, 50% dos displays terão de ser produzidos no **Brasil** a partir de 2014

Memórias


Nesse caso, a exigência é de 20% de **produção** nacional em 2012

Carregadores de baterias

Até 2012, 50% de **produção** nacional. Em 2013, 80% Placa-mãe Exigência será de 50% de **produção** nacional em 2011. Em 2012, sobe para 80% e, em 2013, para 95% Placa de rede sem fio 50% de **produção** nacional em 2013 e 80% em 2014.

Baterias e gabinetes

Esses itens, pelo menos inicialmente, estão liberados de ser produzidos no Brasil

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Paulo Skaf, Artur Henrique e Paulo Pereira da Silva: Um acordo pela indústria brasileira		
ORIGEM FIEAM	INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Brasil, com sua legítima aspiração de assumir um papel de liderança global, não pode abrir mão de contar com uma indústria forte

O Brasil atravessa um grande momento econômico e social. Os bons indicadores da economia e o volume de investimentos públicos e privados previstos colocam o país em condições de aprofundar o seu processo de desenvolvimento.

Resultado de uma política que articulou estabilidade financeira, fortalecimento do mercado interno e compatibilização entre crescimento e distribuição de renda, o cenário atual aponta para uma curva mais estável de crescimento.

A acertada decisão de estimular o mercado interno criou um novo dinamismo econômico. Isso se deu, entre outros fatores, pela valorização do salário mínimo, pela universalização de programas como Bolsa Família e Pronaf (agricultura familiar) nas áreas mais pobres e pela ampliação da disponibilidade de crédito. Essas medidas, associadas a uma retomada dos investimentos públicos, renovaram o fôlego de nossa economia.

Entretanto, alguns indicadores recentes apontam para o precoce encolhimento da participação da indústria de transformação no nosso PIB: de 27% em meados dos anos 80 para 16% atualmente.

O déficit comercial do setor de manufaturados deverá atingir a cifra de US\$ 100 bilhões em 2011. À crescente reprimarização da pauta de exportação soma-se o processo de substituição da produção doméstica por produtos e insumos industriais importados e a expressiva queda do conteúdo nacional na produção. Ou seja, acendeu-se uma luz amarela para a indústria brasileira. As consequências desse processo são ainda imprevisíveis.

O Brasil, com sua legítima aspiração de assumir um papel de liderança global, não pode abrir mão de uma indústria forte.

Nossa história mostra que o desenvolvimento industrial foi responsável pela urbanização, pela integração da população ao consumo e pelo crescimento dos demais setores da economia. A produção e a exportação de commodities agrícolas e minerais, apesar do grande aumento recente, não geram emprego e renda suficientes.

Mesmo o setor de serviços, tão importante para a economia, tem parte significativa de seu dinamismo derivado da indústria.

A previsão de que em 30 ou 40 anos o Brasil será a quarta economia do mundo apenas se sustenta com o restabelecimento do papel da indústria e com o adensamento de suas cadeias produtivas. Não existem países cujos cidadãos gozem de alto padrão de vida e pleno acesso a bens e serviços que não contem com indústria sólida, diversificada e com alto grau de inserção em mercados internacionais.

A possibilidade de estabelecimento de um diálogo contínuo entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo é algo inovador e reflete o compromisso de construir um Brasil forte e industrializado.

Este é o momento para que os diferentes atores desse processo -trabalhadores, empresários e o governo- formem um grande consenso acerca da política industrial nos rumos da economia.

Tal entendimento ajudará a tornar realidade as expectativas otimistas para o Brasil. Isso é o que discutiremos no inédito seminário "O Brasil do Diálogo,


da **Produção** e do Emprego", organizado pela Fiesp, pela CUT e pela Força Sindical, hoje, em São Paulo.

PAULO SKAF, empresário, é presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e do Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo).

ARTUR HENRIQUE é presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT.

PAULO PEREIRA DA SILVA, o Paulinho, 55, é presidente da Força Sindical e deputado federal (PDT-SP).

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Brasil depende mais da China		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Aumentou a dependência brasileira da China na **exportação** de produtos básicos. Entre janeiro e abril, o país asiático comprou 29,14% do total de básicos vendidos pelo **Brasil** ao exterior, 26,3% mais do que no mesmo período do ano passado. No quadrimestre, os chineses compraram US\$ 9,65 bilhões em produtos como minério de ferro, soja e petróleo, praticamente o mesmo valor das **exportações** desses produtos para os EUA e União Europeia juntos.

Para Rogério Cezar de Souza, economista-chefe do Instituto de Estudos para o **Desenvolvimento Industrial** (Iedi), o aumento da participação da China nos embarques brasileiros de básicos explica também o avanço dessa classe de produtos nas **exportações** totais do Brasil. "Não há problema nenhum em **exportar** básicos. O problema é só **exportar** básicos e para poucos destinos", diz Welber Barral, ex-secretário de **comércio** exterior.

Exportação do Brasil depende mais da China

Marta Watanabe | De São Paulo

Cresce a dependência do **Brasil** em relação à China na **exportação** de produtos básicos. No primeiro quadrimestre deste ano o país asiático comprou 29,14% do total de básicos vendidos pelo **Brasil** ao exterior. A fatia representa um avanço em relação aos 26,3% no mesmo período do ano passado.

A demanda por produtos como minério de ferro, soja e petróleo, combinada com a alta de preços desses itens, fez a China absorver US\$ 9,65 bilhões em produtos básicos brasileiros no acumulado de janeiro a abril. A compra dos chineses praticamente empata com os US\$ 9,68 bilhões em produtos básicos **exportados** no

mesmo período aos Estados Unidos e a toda a União Europeia juntos.

Enquanto a participação da China aumentou em quase três pontos percentuais, a fatia americana na **exportação** brasileira de básicos caiu de 8,07% no primeiro quadrimestre do ano passado para 6,24% para o mesmo período deste ano. A participação das compras dos países da zona do euro caiu de 23,8% para 23%. Os dados são do **Ministério do Desenvolvimento (MDIC)**.

Welber Barral, ex-secretário de **comércio** exterior e sócio da Barral M Jorge Consultores Associados, diz que a China, com sua forte demanda, aumentou a compra de produtos básicos e tornou-se a principal parceira de vários países fornecedores dessa classe de **mercadorias**. "O momento atual é de preços extremamente elevados e oferta relativamente reduzida. O **Brasil** está aproveitando isso", diz. "A médio prazo, porém, há sérios riscos."

Rogério Cezar de Souza, economista-chefe do Instituto de Estudos para o **Desenvolvimento Industrial** (Iedi), lembra que o aumento de participação da China nos embarques brasileiros de básicos tem sido uma das grandes causas para a ampliação da fatia dessa classe de produtos nas **exportações** totais do Brasil.

No ano de 2000, a China comprou US\$ 739,8 milhões em básicos do Brasil. O valor era pouco representativo dentro dos US\$ 12,6 bilhões em básicos embarcados pelos brasileiros. No ano passado, os chineses compraram US\$ 25,8 bilhões em básicos, o que representou 28,6% do total **exportado** pelo **Brasil** nessa classe de produtos. Nesse período de dez anos, a fatia dos básicos nas **exportações** brasileiras saltou de 22,8% para 44,6%.

"Não há problema nenhum em **exportar** básicos. O problema é só **exportar** básicos e para poucos destinos",

diz Barral. Para ele, dentro de dois ou três anos, o que considera "médio prazo", pode haver mudanças nos patamares de preços dos básicos e o **Brasil** pode sofrer impacto no resultado de sua balança comercial, cujo superávit hoje é sustentado pela **exportação** de básicos.

"O efeito do preço no avanço dos básicos e da participação da China foi muito maior do que o do volume, principalmente nos últimos meses", lembra Sílvio Campos Neto, economista da Tendências Consultoria.

O principal produto brasileiro **exportado** hoje - e também o principal comprado pela China - é o minério de ferro. No primeiro quadrimestre deste ano o **Brasil** exportou US\$ 11,3 bilhões em minério de ferro, dos quais US\$ 5,3 bilhões foram para a China. No mesmo período do ano passado a **exportação** brasileira do produto foi de US\$ 5 bilhões, sendo 42% para os chineses.

A alta em termos de valor foi proporcionada principalmente por aumento de preço. Em abril, houve elevação de 129% na **exportação** de minério de ferro, na comparação com o mesmo mês do ano passado. No período o preço subiu 88% enquanto a quantidade, apenas 22%.

A soja em grão, outro produto fortemente **exportado** para a China, experimentou aumento de 42% no valor em abril, na comparação com o mesmo mês do ano passado. No período, o aumento de preço foi de 30% enquanto o de volume, 9%. Os dados são do **MDIC**.

Além do preço, a alta demanda da China explica a ampliação da fatia do país asiático na venda de básicos do **Brasil** no **mercado** internacional. Regiões como a União Europeia, também tradicional consumidora de básicos brasileiros, por outro lado, ainda estão com menor crescimento e têm perdido espaço, lembra Souza.

"Apesar de realmente existir uma demanda realmente forte da China, é bom lembrar que a alta de preços também tem um componente especulativo, resultado da alta liquidez no **mercado** internacional", diz o economista-chefe do IEDI. Um arrefecimento de preços, analisa, não muda a alta demanda chinesa, mas pode reduzir o saldo da balança comercial brasileira e até gerar déficit.

O economista da Tendências acredita que o aumento da dependência do **mercado** chinês não é ideal do ponto de vista estratégico. O ponto positivo, ressalta, é que o país tem aproveitado a oportunidade, o que tem propiciado a manutenção de uma moeda nacional mais forte. "Isso tem possibilitado as **importações**, necessárias para atender a demanda interna forte e para proporcionar o crescimento da economia."

Barral vê os efeitos benéficos atuais da **exportação** brasileira de básicos. Ele ressalta, porém, que o avanço da China pode fazer com que o país asiático use essa maior dependência como instrumento de negociação. "Isso aconteceu com a Argentina no ano passado com o óleo de soja", diz Barral. Ele se refere ao embargo de sete meses feito pela China em relação ao óleo de soja argentino, que tem no país asiático o principal comprador. "Os chineses pararam de comprar e a Argentina teve que negociar em uma condição desvantajosa." Para Barral, essa possibilidade hoje é mais distante em relação ao **Brasil** porque para alguns produtos **importantes** na pauta de **exportação** brasileira não há outros fornecedores que consigam suprir a demanda chinesa. "Mas isso pode mudar. Pode haver, por exemplo, aumento de **produção** agrícola de soja por terceiros países ou mesmo pela própria China, nos investimentos que tem sido feitos no continente africano, por exemplo."

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO FAZENDA MUDA REGRAS PARA CRÉDITOS DE EXPORTADOR		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O **Ministério** da Fazenda flexibilizou os critérios para devolução de créditos tributários às empresas **exportadoras**, reduzindo a exigência do limite mínimo de **exportação** e ampliando o prazo de abrangência da medida. Nessas novas condições, a devolução de créditos tem potencial de chegar a até R\$ 6 bilhões, dos quais o compromisso do governo é repassar 50% dos valores devidos aos contribuintes em 60 dias.

Como nem todas as empresas que solicitam o crédito terão direito às transferências, a Receita Federal estima em R\$ 2 bilhões o desembolso previsto em até dois meses e em 250 o número de firmas a serem beneficiadas considerado o crédito relativo a Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Outras 47 pessoas jurídicas serão favorecidas em relação aos créditos específicos do PIS/Cofins.

As novas condições para acesso aos créditos tributários constam da Portaria nº 260 publicada ontem no "Diário Oficial da União". Pela medida, a exigência anterior de comprovação de **exportação** mínima de 15% da receita bruta total baixa para 10%. Esse novo parâmetro se aplicará retroativamente, a operações desde janeiro de 2009. Sob esses novos critérios, o Fisco federal se compromete a devolver a metade dos valores devidos.

Além dessas condições, os pedidos de ressarcimento serão aprovados se outras quatro exigências, que já eram cobradas anteriormente, forem cumpridas: a empresa não pode estar submetida a regime de fiscalização especial; a contabilidade tem de

estar em dia com o fisco; deve haver escrituração fiscal digital;

e não pode existir histórico de créditos indevidos superiores a 15%. As empresas que mais solicitam crédito tributário decorrente de vendas feitas no exterior são dos segmentos alimentício, do **comércio** atacadista e de fabricação de produtos químicos.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que a flexibilização das exigências tem a finalidade de reforçar o caixa das empresas **exportadoras**. "Esperamos devolver mais rapidamente um volume maior de crédito. É um alívio para o **exportador**, que tradicionalmente ficava muitos anos para ter acesso aos recursos", comentou. Em condições normais, a Receita dispõe de até cinco anos para devolver os recursos aos contribuintes.

Mantega informou que até o fim do ano o sistema de análise dos pedidos de ressarcimento de crédito tributário estará integralmente informatizado, o que tende a agilizar a devolução dos recursos. Segundo o Fisco, a cada trimestre 4.600 empresas apresentam pedidos de créditos relativos ao IPI.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO GAMES TERÃO ISENÇÃO FISCAL		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, antecipa ao Correio que os incentivos dos tablets serão estendidos aos jogos eletrônicos

Gustavo Henrique

Sílvia Ribas

A **produção** nacional de equipamentos para jogos eletrônicos será o próximo alvo de estímulos fiscais. O

ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, informou ao Correio que o Planalto prepara medida provisória (MP) para dar aos videogames os mesmos incentivos já concedidos esta semana aos tablets. "O **Brasil** é grande **exportador** de conteúdo para esses jogos e tem o quarto maior **mercado** do segmento, além de um grande potencial para crescer", ressaltou.

Ele acrescentou que o ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, tem igual avaliação sobre as possibilidades de crescimento do setor e, sobretudo, sobre sua capacidade de gerar empregos. "Ao contrário do que ocorre em países como a Coreia do Sul, onde o **mercado** de games é movido pela atualização de equipamentos, o **Brasil** tem a oferecer clientes novos", sublinhou Bernardo.

Dentro da estratégia de fomentar o surgimento de uma ampla base de fabricação de eletrônicos no país, amparada pela crescente procura doméstica, a redução no preço de tablets produzidos em território brasileiro chega a 36% em razão do pacote de desoneração. Os benefícios incluem diminuição de PIS/Cofins de 9,25% para zero, conforme estabelece MP publicada na segunda-feira.

Segundo Paulo Bernardo, a ideia é beneficiar outros grupos de equipamentos com incentivos previstos pelo

Processo Produtivo Básico (**PPB**), que incluem redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

de 15% para 3%. Para desktops e notebooks beneficiados pelo **PPB**, o corte no Imposto sobre **Importação** requer cumprimento da regra de uso de pelo menos 20% de componentes nacionais na montagem do produto. Cabe aos estados decidir sobre a isenção do Imposto sobre a Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**).

A fabricação de tablets no país, dentro do programa de incentivos do governo, deve começar nas próximas semanas. Doze empresas estão inscritas para produzir os dispositivos, antes mesmo do detalhamento das exigências. O **PPB** trará regras de nacionalização de componentes e as contrapartidas das empresas para obter isenção tributária.

Fabricação

A redução da tributação dos tablets foi uma das solicitações da taiwanesa Foxconn para produzir o iPad, da Apple, em uma fábrica em Jundiá (SP) a partir de julho. O governo esclareceu que a direção da empresa mandou uma carta para a presidente Dilma Rousseff informando que gostaria de antecipar o início da fabricação dos produtos para julho.

O **Ministério** da Ciência e Tecnologia ressaltou que essa **produção** inicial não está incluída no investimento de US\$ 12 bilhões anunciado pela Foxconn durante visita da presidente à China, em março. O projeto deve gerar 100 mil empregos diretos e indiretos, provavelmente com a construção de uma nova fábrica. Depois da montagem dos aparelhos, a expectativa é que também as telas sejam produzidas no país.

A Samsung, que fabrica no país o Galaxy, já avisou que vai colocar três novos modelos no **mercado** depois de o **Ministério** aprovar seu projeto. A multinacional sul-coreana pretende colocar em linha de **produção** o

Galaxy de sete polegadas sem voz e sem TV, mais barato que o montado hoje em Campinas (SP). Nessa fábrica, também serão produzidos os futuros modelos de oito e de 10 polegadas. Outra empresa que também encaminhou projetos é a Motorola, que já produz em Jaguariúna (SP) o Xoom, lançado em abril.

	VEÍCULO AGÊNCIA SENADO	EDITORIA	
	TÍTULO Eduardo Braga alerta para riscos ao Polo Industrial de <u>Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O senador Eduardo Braga (PMDB-AM) alertou nesta quarta-feira (25) para medidas do governo que podem "agravar os desequilíbrios regionais" e impedir que o Polo Industrial de **Manaus** continue a ofertar mais de 100 mil empregos diretos.

Segundo ele, as votações que estão na ordem do dia do Congresso, principalmente o novo Código Florestal e as Medidas Provisórias 517/10 e 534/11, "têm muito a ver com o presente e o futuro da **Zona Franca** de **Manaus** e do **Amazonas**".

O parlamentar disse que, no **Amazonas**, o Polo Industrial e o **desenvolvimento** sustentável "não são figuras de retórica".

- A convivência harmoniosa e criativa da floresta com a indústria é um desafio que ainda não foi tentado em lugar nenhum no mundo afora, mas nós, no **Amazonas**, temos feito escola - disse.

Eduardo Braga disse acreditar que o Senado, para onde virá agora o projeto do Código Florestal aprovado na Câmara, "saberá encontrar soluções de equilíbrio que preservem os recursos naturais e


promovam ao mesmo tempo o **desenvolvimento** econômico social do país".

Ameaça

Mas "a ameaça mais próxima e concreta" ao Polo Industrial de **Manaus**, segundo o parlamentar, vem da MP 534/11, que concede aos tablets produzidos fora da **Amazônia** os mesmos incentivos fiscais da Lei de Informática.

- Com o pretexto de atrair para o Sudeste investimentos bilionários de empresas internacionais na área de informática, o governo apressou-se em conceder a outras regiões do país vantagens que resultam numa verdadeira declaração de disputa entre o Polo Industrial e o resto do **Brasil** - afirmou.

Eduardo Braga anunciou ter sido indicado pelo líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), para relatar a MP 534/11, quando ela chegar ao Senado. Sua intenção, como adiantou, é "construir uma solução que seja boa e **importante** para o Brasil, mas que assegure tranquilidade e estabilidade para o Polo Industrial de **Manaus**".

	VEÍCULO NOTÍCIAS PORTAL AMAZÔNIA		EDITORIA
	TÍTULO Roraima tem prazo de seis meses para construir novo armazém alfandegário		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

BOA VISTA – Em pronunciamento no Plenário, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) comunicou que serão iniciadas em junho as obras para a construção de um armazém de cargas no aeroporto de Boa Vista (RR). A ordem de serviço foi assinada nesta terça-feira (24) e o prazo para a conclusão da obra é de 180 dias.

Zona Franca de Manaus

Segundo o senador, o armazém alfandegado, o primeiro deste tipo no estado, é uma alternativa concreta ao sistema de logística da **Amazônia** ocidental. Jucá explicou que a obra fará com que Roraima possa receber cargas do exterior, além de contribuir com um aeroporto de apoio à **Zona Franca de Manaus**.

- O aeroporto de **Manaus** está saturado. Hoje, uma carga para ser despachada depois de recebida no aeroporto de **Manaus** demora de sete a dez dias. Se for desembarcada no aeroporto de Boa Vista, com um dia estará no pátio da empresa que encomendou aquela carga – previu Jucá.


O senador também registrou a homologação, pelo IBGE, da base cartográfica contínua de Roraima, a primeira na **Amazônia** Legal.

- Hoje, Roraima tem o estado todo georreferenciado, fazendo com que o programa Roraima Legal, o projeto de regularização fundiária do estado possa avançar mais do que nunca – comemorou.

Pré-sal

Sobre a apreciação do veto do ex-presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva à emenda que trata da divisão de recursos oriundos da camada do Pré-Sal entre todos os estados do Brasil, Jucá, que é líder do governo no senado, afirmou que o Congresso tem de enfrentar a questão.

- Nós não queremos que o Rio [de Janeiro] e o Espírito Santo tenham prejuízos no seu fluxo financeiro do que já têm, mas, dado o tamanho do Pré-Sal, e pelo futuro do Brasil, essa Justiça do **desenvolvimento** tem de ser feita para todos os estados da Federação – defendeu.

	VEÍCULO BAGUETE / NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO Zona Franca: passe livre à produção de tablets		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

As brasileiras Digibrás (do grupo CCE) e CBTD (controladora da marca Gradiente), e a panamenha Greenworld deverão investir US\$ 51,2 milhões na **produção** de tablets no **Brasil** a partir de junho.

Segundo matéria publicada no site Folha.com na noite dessa quarta-feira, 25, as empresas receberam recentemente a autorização da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (**Suframa**) para a fabricação dos modelos na região.

De acordo com a **Superintendência**, os tablets terão tecnologia chinesa e taiwanesa.

Espera-se que cada uma das linhas de **produção** gere entre 110 e 130 empregos na **Zona Franca** de **Manaus**.

O site da Folha diz que a Greenworld produzirá 5 mil tablets já no primeiro mês de operação, vendendo o produto a R\$ 699 – o menor valor anunciado por um tablet até o momento no país.

Detalhes como as configurações do aparelho e o sistema operacional que rodará nos tablets não foram informados pela Folha.com.

Conforme o site do jornal, a Greenworld escolheu **Manaus** pelas vantagens nas isenções do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e do **ICMS**, zerado pelo governo do estado para tablets.

As outras empresas não se manifestaram na matéria da Folha.com.

15 marcas made in Brasil


Iniciada a **produção** por esses três fabricantes, a lista de empresas interessadas em produzir tablets no Brasil, divulgada pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, em entrevista ao site G1, subirá para 15, incluindo marcas como Positivo, Motorola, Samsung e Apple.

Espera-se que a Foxconn comece, também no início do segundo semestre desse ano, suas operações em Jundiaí, fabricando já o iPad 2. Peças do tablet já estariam na cidade, aguardando o início da **produção**.

Pesquisas realizadas com consumidores pela consultoria GfK indicam que metade dos brasileiros gostaria de ter um iPad – tablet que reavivou o interesse do **mercado** de usuários finais para os computadores do tipo prancheta.

Segundo a IDC, no ano passado foram vendidos 100 mil tablets no Brasil, número que deve chegar a 300 mil no final desse ano.

As recentes medidas do governo, através de uma medida provisória que isenta a fabricação em território nacional dos tablets do PIS/Cofins, e o enquadramento pela Receita Federal na Lei do Bem, devem resultar num barateamento superior a 30% para os tablets no Brasil.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO Governo e asiáticos discutem sobre <u>ZFM</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

José Melo apresentou aos embaixadores as possibilidades de investimentos na **Zona Franca de Manaus**, falou sobre a descoberta de gás e petróleo na região do Juruá e Purus e do potencial do Estado para **produção** de alimentos

Manaus, 25 de Maio de 2011

Acritica.com

Embaixadores de países asiáticos visitam o **Amazonas**

O vice-governador do **Amazonas**, José Melo, recebeu nesta quarta-feira (25), no Centro Cultural Palácio do Rio Negro, embaixadores de seis países asiáticos, que representam a Associação das Nações do Sudeste Asiático, para discutir oportunidades de negócios no **Amazonas**.


Estiveram presentes na visita oficial, os embaixadores de Mianmar, Htein Win; da Tailândia, Chakaran Chayabongse; do Vietnã, Duong Nguyen, e as embaixadoras das Filipinas; Eva Betita; da Indonésia, Ria Uki Suharsi; e da Malásia, Sudah Dev.

José Melo apresentou aos embaixadores as possibilidades de investimentos na **Zona Franca de Manaus**, falou sobre a descoberta de gás e petróleo na região do Juruá e Purus e do potencial do Estado para **produção** de alimentos.

“Os asiáticos são assim. Eles colhem todas as informações antes de qualquer decisão. Eu demonstrei a importância da **Zona Franca de Manaus** e as oportunidades de investimento nela. Falei da potencialidade da nossa floresta e que isso também pode ser no futuro, uma abertura comercial para aqueles países que são industrializados”, disse o vice-governador.

Os embaixadores também demonstraram interesse em conhecer melhor as ações implementadas pelo Governo do Estado para proteção do meio ambiente e o mecanismo de compensação pelos serviços ambientais prestados pela floresta.

“Eles têm florestas igual a nós e estão interessados que essas florestas, que prestam serviços ambientais, possam ser remuneradas. Eles são produtores de tecnologia, mas não de alimentos e ficaram interessados na nossa oferta de alimentos e em fatores da nossa economia ligados à biodiversidade. Foi uma visita oficial. Uma visita de prospecção de novos negócios”, destacou José Melo.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO Projeto proíbe uso de triciclos em <u>Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Triciclo apreendido pela Prefeitura fazendo transporte ilegal esta semana (Divulgação)

Um projeto de lei pretende proibir a circulação de triciclos motorizados com cabines acopladas, conhecidos como motocar, em vias públicas da capital.

A proposta de autoria do vereador Paulo D'carli Carli (PRTB) foi apresentada nesta quarta-feira (25) na Câmara Municipal de **Manaus** (CMM).

Além da proibição, o projeto prevê multa de 200 Unidades Fiscais do Município (UFMs), o equivalente a R\$ 13,2 mil e apreensão do veículo para quem descumprir a determinação.

O projeto foi discutido um dia após a **Superintendência** Municipal de Transportes Urbanos (SMTU) apreender um triciclo que fazia transporte clandestino de passageiros na zona Oeste da cidade. O vereador teme que o poder público permita que o transporte cresça e se transforme em um novo problema para o trânsito da capital.

Ele cita como exemplo a categoria dos mototaxistas que mesmo sendo proibida pela Lei Orgânica do Município (Loman) cresceu de forma desenfreada e obrigou a Prefeitura a regulamentar a profissão.

“Nunca escondi que sou contra o serviço de mototaxi em **Manaus**, não pelos trabalhadores, mas pelo transtorno causado ao trânsito e se não proibirmos a circulação dos triciclos de forma imediata a novela vai se repetir”, disse ele.

Apresentação

De acordo com o vereador Paulo de Carly, o projeto estará pronto nesta quinta-feira (26) e deve ser votado em regime de urgência. Paulo explica ainda que o caso haja omissão das autoridades competentes, o

poder público não terá como conter a nova categoria, uma vez que não tem estrutura.

“Temos que cortar o mal pela raiz. Infelizmente se essa modalidade de transporte clandestino crescer, o poder público não terá como evitar que os triciclos circulem e impeçam o cidadão de andar nas ruas. Fortaleza já proibiu e nós vamos fazer o mesmo”, ressalta o parlamentar.

Fiscalização promete recolher

A fiscalização da SMTU de combate ao transporte clandestino continua em todas as zonas da cidade. A **Superintendência** possui os telefones 118, 3625 2115/2116 para receber denúncias sobre transporte irregular de passageiros e outras situações referentes ao transporte urbano.

Veículo não oferece segurança ao condutor

O projeto também proíbe que os triciclos usados no transporte de carga circulem na capital. Atualmente os veículos são usados por distribuidoras para o transporte de bebidas e gás de cozinha.

Segundo o vereador, se houver a abertura para uma modalidade haverá também pressão para permitir o transporte de passageiros.

“O melhor é proibir todo tipo de transporte que use o triciclo como veículo. É um veículo que não oferece segurança nem para o passageiro e nem para o condutor que transporta carga”, disse.

Indústria

O vereador também falou sobre o crescimento da empresa que fabrica os triciclos. A indústria Motocar está instalada no Polo Industrial de **Manaus (PIM)**,

desde o ano passado e anunciou o aumento do número de triciclos fabricados por mês.

Segundo Paulo, os dados positivos da empresa são bons para a economia local, mas não para o trânsito.

“A indústria é bem vinda e contribui para a geração de empregos e renda na cidade, mas o **mercado** de venda dela não será **Manaus**. Essa empresa tem outras seis mil capitais do **Brasil** e o interior do Estado para vender os veículos. A circulação de

triciclos em **Manaus** é um retrocesso na melhoria do trânsito”, disse.

Vias arteriais

Os triciclos são permitidos e comuns no transporte de passageiros e cargas em países indianos. Em Nova Délhi, por exemplo, os triciclos substituíram veículos de tração animal para o transporte de passageiros e são um atrativo daquele país em pacotes turísticos.